



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação n. 299681-2

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: Maria Dolores Oliveira de Souza

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. OMISSÃO INEXISTENTE. EMBARGOS CONHECIDOS, MAS REJEITADOS À UNANIMIDADE.

1. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

2. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração no Recurso de Agravo da Apelação n. 299681-2, em que figuram como embargante a Companhia Energética de Pernambuco- CELPE e como embargada Maria Dolores Oliveira de Souza, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

26.9.13
[Assinatura]

EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

363

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação n. 299681-2

Embargante: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: Maria Dolores Oliveira de Souza

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de recurso de embargos de declaração (fls.329/332) interpostos pela CELPE contra decisão (fls. 320/323), que negou provimento ao seu recurso de agravo, mantendo a decisão terminativa, a qual entendeu correta a condenação da CELPE em indenizar a embargada em danos morais no valor de R\$ 8.000,00, em razão do corte indevido de energia elétrica, bem como considerou o débito gerado inexistente.

O acórdão embargado foi assim ementado:

"RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. CONSUMIDOR. CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NÃO COMPROVADA. SÚMULA N. 13 DO TJPE. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Nos autos, não foi observado o procedimento adequado, capaz de comprovar a existência da fraude, constante no art. 72 da Res. 456/2000 da ANEEL, qual seja, solicitar os serviços de perícia técnica competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial.

2. Ademais, aplica-se ao caso a Súmula n. 13 do TJPE: "*É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude*".

3. Inquestionáveis o dano, o ato comissivo do agente, o liame causal entre ambos, encontra-se caracterizado o dever de indenizar.

4. Merece ser mantido o valor fixado nos danos morais em R\$ 8.000,00, no sentido de obedecer aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a declaração do débito inexistente.

5. Em relação ao termo inicial dos juros moratórios e correção monetária, reste claro: por se tratar de indenização por danos morais, oriunda de relação contratual, os juros moratórios incidirão a partir da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), e a correção monetária pertinente ao valor dos danos morais, a partir de sua fixação, qual seja, da publicação da sentença (Súmula n. 362/STJ).

6. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade."

A CELPE opôs os presentes embargos de declaração alegando não ter o acórdão recorrido prequestionado: os princípios da legalidade (art. 5º, inciso II), da razoabilidade e proporcionalidade; art. 2º, 37, 175 da CRFR/88; os arts. 188, I, 927, 630 do CC; os arts. 333, I, 525, 292, §1º, 297, 527, III, 544, §1º, todos do CPC; art. 3º, XIX, 17 da Lei n. 9.427/96; 65)

da Lei n. 8666/93; arts. 6º, §3º, I e II, 7º e 10, da Lei n. 8987/95; arts. 37, 72, IV, 77, 105, 91, 90, 73, 75 e 90, I, todos da Resolução 456/2000 ANNEL.

Por fim, requereu, para fins de prequestionamento, sejam recebidos, conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração.

É o relatório. Feito fora de pauta.
Recife, 22.1.13

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação n. 299681-2

Embargante: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: Maria Dolores Oliveira de Souza

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Ou seja, apenas havendo tais hipóteses é cabível o presente recurso.

No caso dos autos, a embargante não apresenta qualquer omissão, contradição ou obscuridade cometida por este juízo quando da prolação da decisão recorrida, inviabilizando a procedência da presente via recursal.

A CELPE opôs os presentes embargos de declaração alegando não ter o acórdão recorrido prequestionado: os princípios da legalidade (art. 5º, inciso II), da razoabilidade e proporcionalidade; art. 2º, 37, 175 da CRFR/88; os arts. 188, I, 927, 630 do CC; os arts. 333, I, 525, 292, §1º, 297, 527, III, 544, §1º, todos do CPC; art. 3º, XIX, 17 da Lei n. 9.427/96; 65 da Lei n. 8666/93; arts. 6º, §3º, I e II, 7º e 10, da Lei n. 8987/95; arts. 37, 72, IV, 77, 105, 91, 90, 73, 75 e 90, I, todos da Resolução 456/2000 ANNEL.

Entretanto, é sabido estar o julgador apenas obrigado a fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, mas não a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, nem a especificar os artigos ou dispositivos utilizados para adotar seu posicionamento quando do julgamento da demanda, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão¹.

Ademais, não há que se falar em ausência de prequestionamento, pois a matéria se encontra enfrentada implicitamente, inclusive com base em forte posição jurisprudencial. O STJ admite tal

¹ PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS. REJULGAMENTO DA CAUSA.IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Busca o embargante, em essência, mediante reiteração de argumentos previamente expendidos em suas manifestações recursais anteriores, a rediscussão da causa.

2. "Não está obrigado o magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso" (EDcl no AgRg no Resp 603.318/PB, Primeira Turma, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 9/8/04).

3. Embargos rejeitados.(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 801.830/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 18/05/2009):(grifos)

possibilidade, conforme se depreende de posicionamento reiterado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido. III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este.
(1041518 DF 2008/0061890-0, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011) (original sem grifos)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram. 2. O Superior Tribunal entende que, se contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, há ilegalidade na interrupção no fornecimento de energia elétrica. 3. Agravo regimental provido para conhecer do agravo de instrumento e adentrar o mérito do recurso especial, ao qual se nega provimento.
(1100998 SP 2008/0219771-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 28/09/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/10/2010) (original sem grifos)

Assim sendo, a matéria já se encontra devidamente prequestionada, não existindo, portanto, qualquer razão para interposição dos presentes embargos de declaração.

Em face do exposto, conheço mas **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão embargada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 26.5.13

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator